



A REDE DE THINK TANKS (NEO)LIBERAIS: ENTRE A PERSUSÃO E O AVANÇO DO NEOCONSERVADORISMO NO BRASIL¹

Leandro Nieves Ribeiro²

RESUMO

Think tanks são institutos públicos ou privados que objetivam influenciar a opinião pública e até de políticas públicas em diversas áreas como educação, política, meio ambiente, saúde, segurança pública. A literatura demonstra que essas organizações se expandiram no mundo tornando-se instrumentos de disputa territorial, paradigmática e geopolítica ao defenderem diferentes visões de mundo e interesses. Nesse trabalho analiso especificamente os *think tanks* (neo)liberais, cujo termo serve para agrupar as diferentes correntes de pensamento liberal – (liberalismo clássico, neoliberalismo, ordoliberalismo e o ultraliberalismo) como os institutos: Liberal, Estudos Empresariais, Millenium, Mises Brasil e entre outros. Estes institutos, assim como a nova direita brasileira, ascenderam no final dos anos 80 constituindo uma rede de articulação de *think tanks* e de aparelhos privados de hegemonia que (re)produzem uma territorialidade neoconservadora. Essa territorialidade desenvolve um contrapúblico ultraliberal que colabora para a radicalização política, a guerra de discursos, ódio, desinformação que intensificam o conflito, a reprodução da neocolonização do pensamento e a defesa de necropolítica. Desta forma, este trabalho objetiva analisar a rede de *think tanks* que contribuíram para influenciar a população no pós-golpe-impeachment da Dilma Roussef em 2016 até as eleições de 2018. Para isso, investigarei em seus materiais publicados em seus sites oficiais a relação entre os institutos, organizações, lideranças, intelectuais e movimentos sociais com os *think tanks* (neo)liberais, buscando entender a origem, o funcionamento e sua rede de relações que forma o contrapúblico ultraliberal e neoconservador no Brasil até as eleições de 2018.

Palavras-chave: Think tanks, territorialidade neoconservadora, (neo)liberalismo, contrapúblico ultraliberal, Brasil.

ABSTRACT

Think tanks are public or private institutes which aim to influence public opinion and even public policies in various areas such as education, politics, environment, health, public safety. The literature shows that these organizations have expanded in the world, becoming instruments of dispute territorial, paradigmatic and geopolitical by defending different world views and interests. In this work, I specifically analyze the (neo)liberal think tanks, whose term serves to group the different currents of liberal thought - (classical liberalism, neoliberalism, ordoliberalism and ultraliberalism) such as the institutes: Liberal, Estudos Empresariais, Millenium, Mises Brasil and among others. These institutes, as well as the Brazilian New Right, rose at the end of the 1980s, constituting an articulation network of think tanks and private hegemony apparatuses that (re)produce a neoconservative territoriality. This territoriality develops an ultraliberal counterpublic that contributes to political radicalization, the war of discourses, hatred, disinformation that intensify the conflict, the (re)production of the neocolonization of thought and the defense of necropolitics. Thus, this work aims to analyze the network of think tanks that contributed to influence the population in the post-coup-impeachment of Dilma Roussef in 2016 until the 2018 elections. For this, I will investigate the relationship between the institutes, organizations, leaders, intellectuals and social movements with (neo)liberal think tanks, seeking to understand the origin, operation and network of relationships that form the ultraliberal and neoconservative counterpublic in Brazil until the 2018 elections.

Keywords: Think tanks, neoconservative territoriality, (neo)liberalism; ultraliberal counterpublic, Brazil.

¹ Este trabalho obteve financiamento da Proex-Capes.

²Doutorando do Curso de Geografia da Unesp, campus de Presidente Prudente (SP), leandro.nieves@unesp.br



INTRODUÇÃO

Think tanks são instituições intelectuais de origem pública ou privada que objetivam influenciar a opinião públicas e até as políticas públicas por meio de pesquisas, artigos de opinião, matérias publicadas em sites e nas redes sociais em diversas áreas como política, meio ambiente, saúde, segurança pública etc. O presente texto pretende analisar a rede de *think tanks* (neo)liberais e o seu poder de persuasão para compreender a formação do contrapúblico ultraliberal e neoconservador e suas consequências no Brasil, com recorte temporal do contexto do golpe-impeachment em 2016 até as eleições de 2018.

São considerados *think tanks* (neo)liberais o Instituto Liberal (IL), o Instituto de Estudo Empresariais (IEE), o Instituto Millenium (IM) e o Instituto Mises Brasil (IMB), dos quais apresentam uma estrutura aparentemente diferente, mas que na prática possuem semelhanças com participação dos mesmos grupos e líderes e que atuam articuladamente na difusão das ideias ultraliberais. Através de seus sites oficiais, esses institutos se apresentam como *think tanks* independentes, formados por “especialistas” defensores do livre mercado, da propriedade privada e da “liberdade”. E ainda compartilham ideias como “Menos Marx, mais Mises”, “Imposto é Roubo”, o “Estado é o principal agressor” e o marxismo cultural – que na visão de seus defensores, há uma hegemonia e conspiração “marxista/comunista” que predomina nos intelectuais, empresas, mídias, universidades e escolas – entre outros.

Compreendo que esses institutos de pesquisa e sua rede de persuasão formam um contrapúblico ultraliberal (ROCHA, 2019) e neoconservador (HARVEY, 2018) que contribuem para uma territorialidade neoconservadora. Essa territorialidade ocorre ao influenciar a opinião pública nos pensamentos liberais na defesa ou perpetuação da desigualdade social com a banalização da extrema pobreza e a desterritorialização dos povos tradicionais, que ficam cada vez mais subalternos ao consenso hegemônico, e ao impor retrocessos em políticas sociais e do bem-estar-social como a necropolítica (MBEMBE, 2011). Além disso, o efeito perverso da territorialidade é a potencialização da radicalização da política nas redes sociais e nas ruas com ódio e perseguição de pessoas, grupos, partidos, organizações e movimentos de esquerda e do discurso com desinformação e negacionismo.

O termo (neo)liberal é utilizado para evitar a confusão terminológica entre os grupos liberais clássicos e contemporâneos – como o liberalismo clássico, o neoliberalismo da Escola de Chicago, o ordoliberalismo da Escola de Friburgo e o ultraliberalismo da Escola Austríaca. A justificativa do termo é que há uma confusão e debate sobre o uso do “neo” entre os



neoliberais da Escola de Chicago com os “novos liberais” como os ordoliberais da Escola de Friburgo e os ultraliberais da Escola Austríaca (MATO, 2007; ROCHA, 2019).

METODOLOGIA

Para compreender os *think tanks*, parto dos estudos de Smith (1991), Medvetz (2012), Hauck (2015), Rigolin e Hayashi (2012) e McGann (2021) para relacionar os *think tanks* com as discussões de rede e poder de Raffestin (1993) e Nye Jr (2002, 2004 e 2010). Outros temas que serão relacionados aos *think tanks* são a guerra híbrida de Korybko (2015), a colonização do pensamento de Ceceña (2013) e cultura civilizatória de Chauí (2015), território imaterial e paradigmático de Fernandes (2005) e Campos (2012), neoliberalismo e neoconservadorismo de Harvey (2018) e Dardot e Laval (2016).

Em seguida, opto por identificar e analisar a rede de *think tanks* (neoliberais) no Brasil por meio do Instituto Liberal, Instituto Millenium e Instituto Mises Brasil. Para isso, investigarei a relação entre os institutos, organizações, lideranças, intelectuais e movimentos sociais com os *think tanks* (neo)liberais para entender a origem, o funcionamento e sua rede de relações que forma o contrapúblico ultraliberal e neoconservador no Brasil. Posteriormente, analisarei a rede de *think tanks* (neo)liberais no contexto de 2016, quando ocorreu o golpe-impeachment que derrubou a Dilma Roussef e instituiu medidas que acentuaram as políticas (neo)liberais e necropolítica. Nesses temas, me basearei nos textos de Mato (2007), Casimiro (2018), Rocha (2019), Solano e Rocha (2019) que investigam a rede de think tanks e a ascensão da onda neoconservadora e da nova direita no Brasil.

REFERENCIAL TEÓRICO

Como reflete Rigolin e Hayashi (2012, p.22) “se as ideias importam, é natural que o estudo dos *think tanks* seja igualmente importante, porque estas são as instituições que ajudam a propagá-las”. Se esses institutos de pesquisa são importantes, recuperar a história de origem é essencial para compreender seu significado. Nesse sentido, Medvetz (2012) afirma que a origem do *think tank* é precisamente nos EUA no início do século XX e exemplifica como os dois primeiros *think tanks* o *Carnegie Endowment for International Peace* e o *Brookings Institution*. A seguir resgatarei os principais aspectos desses institutos.

Segundo Smith (1991), o primeiro instituto foi criado em 1910 pelo magnata do aço Andrew Carnegie que objetivava pressionar pela “abolição da guerra” e promover uma cooperação entre as nações. Criado em Washington (EUA), o instituto tem 150 pensadores e doadores de diversas áreas ao redor de mais de 20 países e expandiu mais 5 centros globais:



Moscou (Rússia), Pequim (China), Beirute (Líbano), Bruxelas (Bélgica) e Nova Déli (Índia) (CARNEGIE ENDOWMENT FOR INTERNATIONAL PEACE, 2021). Ainda com o mesmo autor, o *Brookings Institution* foi fundado em 1916, em Washington (EUA), com o nome de Instituto de Pesquisa Governamental. A alteração do nome ocorreu em 1927, quando o instituto se fundiu com duas organizações do empresário Robert S. Brookings: o *Institute of Economics* e a *Graduate School of Economics and Government*. O *Brookings Institution* é um dos centros de pesquisa política mais antigo e considerado um dos mais estáveis (SMITH, 1991). Esses dois primeiros institutos ainda estão na ativa e são considerados como relevantes *think tanks* que influenciam as reformas sociais e políticas do EUA.

Embora os primeiros institutos tenham surgido oficialmente no início do século XX, a expressão *think tank* só foi introduzida nos EUA durante a Segunda Guerra Mundial e remota ao jargão militar às salas secretas destinadas para discutirem os rumos militares durante a guerra (HAUCK, 2015; RIGOLIN, HAYASHI, 2012). Assim sendo, o jargão alude com a ideia de que estes institutos fazem importantes reuniões que definem estratégias e ideias de um grupo, uma empresa ou país.

Após a Segunda Guerra Mundial, a expressão militar ganhou notoriedade com o crescimento e sucesso da “cristalização dos espaços” dos *think tanks* nos EUA, que foram criadas por várias ondas de crescimento organizacional por meio de parcerias entre elites econômicas, políticas e culturais (MEDVETZ, 2012). Um outro fator relevante é que nesse mesmo momento ocorreu a expansão da persuasão estadunidense na Guerra Fria, o que permitiu que os institutos se tornassem ainda mais populares. Com efeito, diversos institutos foram criados em vários países do mundo e o poder dos *think tanks* desempenhou ainda mais um relevante instrumento de persuasão.

Com a mundialização do capital e o desenvolvimento da sociedade em rede com a evolução da telecomunicação, informação, internet e das redes sociais, os *think tanks* atingiram um novo ápice com a criação de novos institutos em diversos países e estabelecimento de redes de articulação de *think tanks* e de outros setores da sociedade civil. No período de 2016 a 2019, foi registrado um aumento de 702% institutos no mundo (INSTITUTO MILLENIUM, 2020).

De acordo com McGann (2021), no ano de 2020 foram identificados 11.175 mil *think tanks* espalhados em todos os continentes. Desse total, a América do Norte (21,4%), Europa (26, 2%) e Ásia e Oceania (30,3%) agrupam juntos 77,9% dos institutos no mundo, enquanto, que a África e Oriente Médio (11,4%) e América do Sul e Central (10,6%) reservam 22% (MCGANN, 2021). Essa diferença de concentração evidencia que os países hegemônicos,



seguido dos países emergentes, dominam a maioria dos *think tanks*. É importante observar, que mesmo que os países periféricos não tenham tantos institutos próprios como nos dados apresentados, que existe uma rede transnacional de institutos com persuasão e alcance de institutos estrangeiros nesses países, conforme aprofundarei depois.

Se, por um lado, há o crescimento de *think tanks* no mundo, por outro, a literatura científica sobre a temática é escassa, sobretudo, na área da Geografia. Outra problemática é a imprecisão na literatura acadêmica sobre a conceituação desses institutos. Hauck (2015) e Rigolin e Hayashi (2012) argumentam que a falta de clareza da conceituação é um fator preocupante, pois dificulta a possibilidade em analisar profundamente essas instituições, além de inviabilizar a dimensão dos seus impactos e da extensão de seu poder. Medvetz (2012) considera os *think tanks* como objetos esquivos, isso é, impossíveis de definir precisamente devido as particularidades de cada instituto. Além disso, Hauck (2015) afirma que as primeiras organizações passaram por profundas metamorfoses tornando sua organização, seu funcionamento e atuação ainda mais complexa devido às crescentes concorrências entre eles, das hibridizações causadas pelos específicos contextos nacionais e até pelo desenvolvimento da mundialização e da transnacionalização (HAUCK, 2015).

Hauck (2015), seguindo o pensamento de Medvetz (2012), defendeu que uma teoria mais certa sobre esses institutos é que se utilize uma análise mais profunda que contemple a atualidade da sociedade e a realidade da América Latina e do Brasil. Nesse sentido, a autora permite entender que os *think tanks* são instituições intelectuais de origem pública (mas autônomas do governo) ou privada (sem fins lucrativos) que objetivam influenciar a opinião pública e as políticas públicas por meio de pesquisas, artigos de opinião, matérias publicadas em sites e nas redes sociais em diversas áreas como política, meio ambiente, saúde, segurança pública e entre outros (HAUCK, 2015).

Retornando a análise do McGann (2021), destaco a concentração desses institutos nos EUA que possui 2203 *think tanks*, cujo país comporta 91,9% dos institutos na América do Norte e 19,7% de institutos no mundo. Para ilustrar a dimensão da concentração desse país, basta compará-los com os demais países com mais *think tanks*, como a China (12,6%), Índia (5,5%), Reino Unido (4,6%), Coreia do Sul (3,7%), França (2,5%), Alemanha (2,4%), Argentina (2,3%), Brasil (1,7%) e Vietnã (1,6%) (MCGANN, 2021). No caso dos *think tanks* brasileiros, abordarei sobre eles na próxima seção.

Esses dados acima demonstram a enorme persuasão e poderio estadunidense no mundo, o que relaciono com a neocolonização do saber e o poder de persuasão do país. Os institutos de pesquisa e suas redes de persuasão estabelecem uma reprodução da colonização



do pensamento (CECENÑA, 2013), seja por meio de uma cultura civilizatória (CHAUÍ, 2015) ou da concepção de modernidade, contribuindo para uma formação da opinião pública com um consenso de que o desenvolvimento (neo)liberal é o caminho a ser seguindo. Para Gomez (2008, p.249), o referido consenso “[...] *goza de una legitimidad incontestable [...] [y] aparece como el bálsamo necesario para tranquilizar la consciencia social*” e é reproduzido pelos organismos supranacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que ditam as políticas econômicas mundiais. Dessa forma, o consenso como incontestabilidade implica em desestabilizar as classes sociais e demais setores da sociedade civil ao enfraquecer a resistência e a luta por um mundo melhor.

De acordo com Mato (2007), além dessas organizações supranacionais, existe uma rede de persuasão das ideias neoliberais que não se restringe a economicistas ou políticos, como também a significativos grupos, organizações e institutos nacionais da sociedade civil. Como explica o autor, depois da Segunda Guerra Mundial, o Friederich Hayek convidou 36 economicistas, historiadores e filósofos para se reunirem em *Mont Pelerin* na Suíça e debaterem sobre os rumos da economia e do Estado na visão do liberalismo. Esse encontro serviu para que, em 10 de abril de 1947, fosse fundado a *Sociedade Mont Pelerin* com o objetivo de promover as ideias liberais. Além dessa sociedade, Mato (2007) explica que Anthony Fisher (da *London School of Economics*) ao desejar seguir carreira política para defender o pensamento liberal, foi aconselhado pelo Hayek a evitar a política e a procurar incidir sobre os intelectuais, pois estes influenciariam a opinião pública e os políticos. Fisher, seguindo o conselho de Hayek, criou em 1955 a *Institute of Economic Affairs* (IEA) e em 1981 fundou a estadunidense *Economic Research Foundation Atlas* (formalmente chamada de Rede *Atlas Network*), que hoje é uma importante rede de 200 *think tanks* em 67 países que articula outros institutos de pesquisas ou organizações (neo)liberais latino-americanas como o Instituto Liberdade (FRIDERICHS, 2019).

Os *think tanks* (neo)liberais, e suas redes de organizações, são compreendidos como instrumento para a disputa territorial, paradigmática e geopolítica. O conceito de território utilizado neste trabalho é definido como trunfo e fruto das relações de poder (RAFFESTIN, 1993). Fernandes (2005) demonstrou que a diversidade de relações de poder cria diferentes tipos de territórios, que são formados pela multiescalaridade (corpo, bairro, local, regional, nacional...) e multidimensionalidade (política, social, econômica, cultural...). Conforme explica Fernandes (2005, p.28):

Os territórios são países, estados, regiões, municípios, departamentos, bairros, fábricas, vilas, propriedades, moradias, salas, corpo, mente, pensamento,



conhecimento. Os territórios são, portanto, concretos e imateriais. O espaço geográfico de uma nação forma um território concreto, assim como um paradigma forma um território imaterial. O conhecimento é um importante tipo de território, daí a essencialidade do método que são espaços mentais (imateriais) onde os pensamentos são elaborados.

Nesse sentido, o conhecimento, o pensamento e o paradigma são relacionados como territórios (i)materiais. No caso do paradigma, Kuhn (2007, p.13) apresentou o conceito como “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”. Em outras palavras, o paradigma é uma visão de mundo com um conjunto de conhecimento das práticas científicas de um grupo, podendo determinar os caminhos e os limites do pensar.

Através desse conceito, Campos (2012) avaliou as temáticas dos grupos de pesquisa em Geografia Agrária do estado de São Paulo pelos paradigmas do Capitalismo Agrário e da Questão Agrária³. A autora concluiu em seu estudo que os diferentes grupos de pesquisa estão em territórios e disputas paradigmáticas ao defenderem visões de mundos diferentes. Essa disputa paradigmática e visões de mundo permite associar com os conceitos de *soft* e *cyber power* de Nye Jr (2002) e com a guerra híbrida de Korybko (2015).

Os *think tanks* (neo)liberais, bem como suas redes de organizações, são compreendidos como instrumento para a disputa de poder e da influência estadunidense. Nye Jr (2002), ao analisar o paradoxo do poder geopolítico dos EUA, destacou inicialmente dois poderes: *hard power* (poder duro) e o *soft power* (poder brando). Dentre os dois, enfatizo o poder brando que é entendido como a capacidade que um país faz para influenciar ou persuadir outros países através de sua cultura, valores políticos e políticas externas (NYE JR, 2004). Diferente do poder duro, que demanda muito investimento financeiro e além de provocar animosidade e críticas internacionais e nacionais⁴, o poder brando é uma alternativa mais amigável e menos prejudicial para persuadir ou influenciar um país. Argumento aqui, que um *think tank*, como pertencente à sociedade civil, ajuda a propagar o poder brando ao defenderem em seus discursos interesses das elites econômicas e de valores culturais e políticos de um país, com os EUA e de outros países hegemônicos.

³ Em síntese, o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) é associado ao agronegócio e ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura e da agricultura familiar; já o Paradigma de Questão Agrária (PQA) compreende a questão agrária como produto do movimento desigual e combinado do capitalismo e que defende que a luta pela terra e pela reforma agrária possibilita a criação e recriação do campesinato. Cf. Campos (2012).

⁴ Nye Jr (2002) cita o caso dos EUA com a Guerra do Vietnã quando a revolução cultural pressionou as críticas contra a incursão militar no sudeste asiático. Em Nye Jr (2004) cita a Guerra do Iraque e entre outras que repercutiram negativamente ao EUA.



Em estudos mais recentes, Nye Jr (2010) classificou um novo poder geopolítico que foi denominado de *cyber power* (o poder cibernético). Este poder é medido pela difusão da informação pelo uso de eletrônicos e da infraestrutura cibernética e é uma preocupação devido a intensa transformação no espaço geográfico com o meio-técnico-científico-informacional com as mudanças tecnológicas, como a internet e a sua infraestrutura. Os EUA como maior potência política, econômica e tecnológica tem uma excelente infraestrutura cibernética, além de ter o reconhecido tecnopolo do Vale do Silício, região que o Google, Facebook, Microsoft e outras milhares de empresas tecnológicas criam suas inovações tecnológicas.

Vale mencionar, que as empresas tecnológicas podem ser de serventia para os interesses governamentais como o caso de espionagem estadunidense de outros países em 2013 que foi divulgado pelo Edward Snowden. Snowden, na época era técnico da Centro de Inteligência Americana (CIA) e da Agência Nacional de Segurança (NSA), que oficialmente era funcionário da Dell, e denunciou que os EUA, através de implantação de malwares em programas, espionava conversas de vários líderes políticos como a Dilma Rouseff e monitorava empresas como a Petrobras (HARDING, 2014; SNOWDEN, 2019).

O conceito da guerra híbrida utilizado aqui é de Korybko (2015), que em um primeiro momento, define o conceito como uma combinação de estratégia militar convencional e não-convencional que geram uma guerra de desinformação e discursos para desestabilizar governos. Korybko, em entrevista para Eleonora Lucena e Rodolfo Lucena (2018, p.40), aperfeiçoou a definição do conceito para o seguinte:

As Guerras Híbridas são conflitos identitários provocados por agentes externos, que exploram diferenças históricas, étnicas, religiosas, socioeconômicas e geográficas em países de importância geopolítica por meio da transição gradual das revoluções coloridas para a guerra não convencional, a fim de desestabilizar, controlar ou influenciar projetos de infraestrutura multipolares por meio de enfraquecimento do regime, troca do regime ou reorganização do regime.

A guerra híbrida, através da teoria do caos, gera (des)mobilização de um, alguns ou todos os grupos identitários para desestabilizar um país-alvo com grande mobilização de protestos e revoltas. A revolução colorida é feita com mobilizações em massa seja na internet e redes sociais ou protestos na rua de diferentes grupos para enfraquecer ou até derrubar um governo, onde a disseminação de informação é considerada a espinha dorsal dessa revolução (KORYBKO, 2015). A guerra não-convencional ocorre quando a revolução colorida fracassa e utiliza qualquer tipo de força não-convencional - como a insurgência, a guerrilha e o terrorismo - para enfim derrubar um governo (LUCENA, E; LUCENA, R, 2018).



O conceito de guerra híbrida junto com os de poder brando, cibernético e da disputa territorial e paradigmática demonstram a relevância de debater a persuasão da política externa de países com o Brasil, da guerra de desinformação e discursos. Neste último caso, o paradigma (neo)liberal é reproduzido em discursos, principalmente, dos *think tanks* que intenciona numa territorialidade neoconservadora aumentando a conflitualidade, a desterritorialização e a reprodução da desigualdade social.

Com esse pensamento, Solano e Rocha (2019) problematizam que o pensamento econômico neoliberal tem várias dimensões que ultrapassa as relações capitalistas, e funciona como um sistema normativo que abarca discursos e práticas sociais e morais conservadoras. Esse raciocínio é produzido por Dardot e Laval (2016), que entendem o neoliberalismo como uma razão de mundo, isso é, como uma racionalidade de como enxergam o mundo, que é denominado de cosmovisão. Por isso, é possível identificar nessa cosmovisão uma intrínseca relação com a homofobia, o sexismo, racismo e xenofobismo, enquadrando-se em pensamentos conservadores e/ou neoconservadores (HARVEY, 2018).

Por meio de Rocha (2019), relaciono a reprodução do pensamento neoconservador com a formação de um contrapúblico ultraliberal, que afeta uma população jovem e de profissionais liberais de classe média e alta. Ao explicar o termo contrapúblico ultraliberal, Rocha (2019, p.132-133) explica que...

De acordo com o crítico literário Michael e Warner (2002), um contrapúblico seria necessariamente imbuído de uma consciência a respeito de seu status subordinado frente a um horizonte cultural dominante. Seus membros, a despeito de serem subalternos ou não, partilhariam identidades, interesses e discursos tão conflitivos com o horizonte cultural dominante que correriam o risco de enfrentarem reações hostis caso fossem expressos sem reservas em públicos dominantes (cujos discursos e modos de vida são tidos irrefletidamente como corretos, normais e universais). Dessa forma, poderiam ser considerados como contrapúblicos fundamentalistas cristãos e apoiadores de Donald Trump nos Estados Unidos (THIMSEN, 2017), bem como ultraliberares brasileiros [...].

Os ultraliberares brasileiros são o Rodrigo Constantino (do IL), Helio Beltrão (do IMB), Olavo de Carvalho e entre outros que ainda explicarei, que contribuem para a construção da territorialidade neoconservadora que implica numa polarização política nas redes sociais e nas ruas, como por exemplo, as manifestações pelo impeachment de Dilma. Outros responsáveis pela territorialidade são os jornalistas, empresários, políticos, intelectuais, grupos, organizações, institutos e movimentos que integram a nova direita no Brasil.

Casimiro (2018), partindo de Antônio Gramsci, identifica que a burguesia brasileira, como sociedade civil, atua como aparelho privado de hegemonia (APHs) que constitui a chamada nova direita. O APH é explicado como “organismos sociais coletivos voluntários e



relativamente autônomos em face da sociedade política, porém articulados a esta, dialeticamente, no sentido da edificação e dominação” (CASIMIRO, 2018, p.21). Já a nova direita é entendida como os grupos, organizações, políticos e empresas brasileiras que defendem os interesses da elite burguesa, que misturam ideias do conservadorismo, libertarismo e do reacionarismo, a partir de 1980.

Como hipótese, compreendo que a nova direita utiliza os *think tanks* para legitimar sua posição hegemônica, persuadindo a opinião e as políticas públicas com efeito para a radicalização política desde junho de 2013, no golpe-impeachment de Roussef e da eleição de 2018, que elegeu um governo de extrema-direita. Com essas problematizações, justifico a pertinência de pesquisar os *think tanks* (neo)liberais que persuadem os governos e sociedades civis em todo o mundo, ao moderarem o debate político com pesquisas, textos publicados em seus sites, artigo de opinião e de sua participação na mídia de forma geral. Na seção seguinte, analisarei a rede de *think tanks* (neo)liberais durante o contexto do golpe-impeachment da Dilma Roussef em 2016, que foi crucial para o aumento das políticas (neo)liberais e reascendeu o neonconservadorismo no país.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como exposto, os *think tanks* e suas redes são importantes instituições usadas como instrumento para a disputa territorial, paradigmática e geopolítica ao influenciar a opinião e políticas públicas por meio de pesquisas, artigos científicos, textos em blogs, episódio de podcast, vídeos de *YouTube* e entre outras formas.

No caso do Brasil, de acordo com Secchi e Ito (2016), os primeiros *think tanks* brasileiros surgiram entre a década de 40 e 50, com a criação da FGV em 1944, o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI) em 1954, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos (DIEESE) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) em 1955. A seguir resumirei a característica de cada instituto.

Em síntese, a FGV é um renomado *think tank* que atua em diversos assuntos, desde relações internacionais, meio ambiente, políticas sociais, políticas públicas, educação e outros. Secchi e Ito (2016, p.337) afirma que a FGV foi criada por analistas e gestores vinculados ao Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e reconhece que o instituto “trouxe a cultura de produção de conhecimento aplicado, voltado para a resolução de problemas públicos”. A FGV é reconhecida como *think tank* centro de excelência pelo Instituto Lauder na América do Sul e Central entre 2016-2019 (MCGANN, 2021), por ter conseguido em 3



anos consecutivos ser reconhecido como o melhor na sua categoria e como mais bem administrado no mundo⁵.

O IBRI se especializou no tema das relações internacionais e chegou a suspender suas atividades em 1992, quando foi transferido sua organização para a Universidade de Brasília, reestruturando-se em 1993 para além de um instituto, como um periódico acadêmico, chamado de Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI) (DULCI, 2012). Já o DIEESE é descrito como prestador, assessor dos trabalhadores nas negociações com os patrões e desenvolvedor de atividades de pesquisa, análise, cultura e educação nos temas do mundo do trabalho (HAUCK, 2015). São filiados a essa organização os sindicatos, as federações, confederações e centrais sindicais, o que denota uma particularidade entre os *think tanks*.

E por fim, o ISEB foi criado como órgão do Ministério de Educação e Cultura no governo de Café Filho (1955), cujo governo sucedeu ao Getúlio Vargas após o seu suicídio. Entretanto, as atividades do instituto foram iniciadas, praticamente, no governo de Juscelino Kubitschek (JK) para incentivar os estudos das ciências sociais e a promoção do projeto nacional-desenvolvimentista. Com a ditadura civil-militar brasileira, o ISEB foi extinto em 13 de abril de 1964 (ABREU, 2002).

Portanto, esses quatro institutos da década de 40, com diferentes estruturas e propósitos, são os primeiros *think tanks* brasileiros (SECCHI, ITO, 2016). Posteriormente, em especial nos anos 80 e 90, surgiram diferentes e variados institutos no Brasil como *think tanks* universitários, de grupos de interesse, com fins lucrativos, de partidos políticos e de legado, como assinalou Secchi e Ito (2016)⁶. Como não é o objetivo deste texto aprofundar sobre a história dos *think tanks* no Brasil, seguirei para uma análise atual sobre esses institutos.

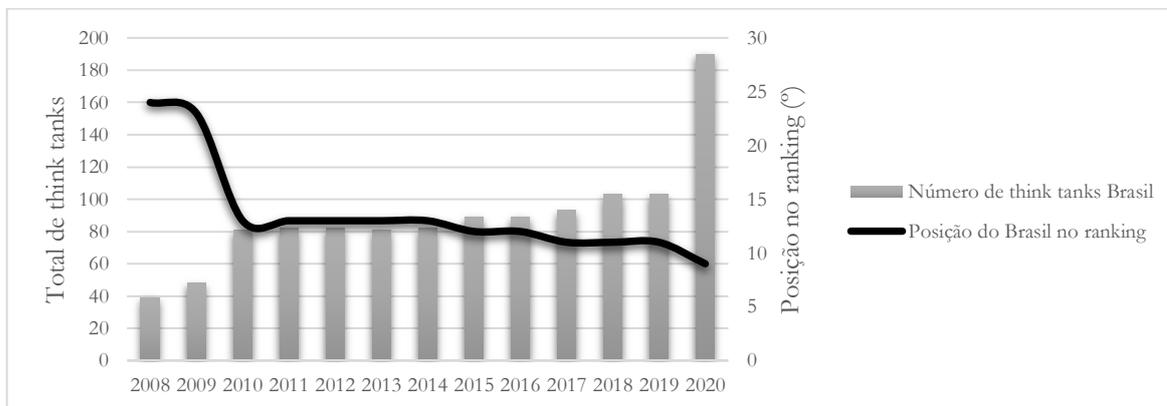
Atualmente, são identificados 190 *think tanks* no Brasil no relatório *Global Go To Think Tank* (MCGANN, 2021). Tal número, em um primeiro momento, parece inexpressivo. Principalmente, se comparar o dado brasileiro com os EUA que possui aproximadamente 11,59 vezes a mais. Contudo, o dado não é insignificante ao recordar que o Brasil ocupa o nono posto com mais institutos no mundo e o segundo posto na América Latina e na América do Sul (MCGANN, 2021). Ademais, a pertinência do dado é corroborada pela expansão de institutos no Brasil, conforme apresento no gráfico a seguir.

⁵ Além desse prêmio, o instituto FGV é reconhecido pelo mesmo instituto avaliador como o 3º *melhor think tank* no mundo, 1º na América Latina, 10º na política de desenvolvimento internacional, 4º em política social e 3º em meio ambiente e entre outros destaques (MCGANN, 2021).

⁶ Segundo Secchi e Ito (2016), o exemplo de *think tank* vinculado a universidade é o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento e a FGV, ao grupo de interesse é o Dieese e o Instituto de Transporte e Logística (ITL), com fins lucrativos é o Patri Políticas Públicas, com partido político é a Fundação Perseu Abramo (FPA), e de legado é o Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC) e o Instituto Lula.



Gráfico 1. Expansão de *think tanks* no Brasil e ranking no *Global Go To Think Tank* (2008-2020)



Fonte: *Global Go To Think Tank 2020* (MCGANN, 2021).

Entre o período de 2008 e 2020, o relatório indicou um crescimento acumulado de 387% de *think tanks* no Brasil, o que fez o país ultrapassar a 24ª posição para a 9ª em 2020, cujo ano registrou o país pela primeira vez entre os 10 países com mais institutos no mundo. No período de 2019 para 2020 houve o maior crescimento de *think tanks* no Brasil com 84%, superando o crescimento anual de 69% entre 2009 e 2010 (MCGANN, 2021). Esses dados permitem pensar na intencionalidade, dimensão e impacto da expansão de *think tanks* no Brasil, que é reconhecido pela riqueza de recursos naturais e de uma economia emergente. Não há dúvidas que os *think tanks* são instrumentos de disputa territorial e paradigmática.

Os principais e atuais exemplos de *think tanks* no Brasil são a já citada FGV, o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI); o Instituto Millenium, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Núcleo de Estudos da Violência (NEV USP), o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), Instituto Liberdade (IL-RS), a Fundação Perseu Abramo (FPA) e entre outros (MCGANN, 2021). Estes institutos são de diferentes áreas de atuação (administração, ciência e tecnológica, políticas sociais, educação, política externa, economia, meio ambiente, saúde...), de característica (centros de pesquisa, grupos de pesquisa, institutos de pesquisas) e de financiamento (setor privado, público e ou até de organização sem fins lucrativos). Pela diversidade desses institutos é relevante fazer um recorte temático, pelo qual opto pelos *think tanks* (neo)liberais.

Os *think tanks* (neo)liberais são organizações sem fins lucrativos e contam com financiamento privado e defendem visões pró-mercado, pró-privatização, pró-Estado mínimo e de outras visões da corrente libertária e (neo)liberal. Como exemplo de institutos são os já citados IL, IM e o IMB. A seguir resgatarei a história e demais elementos de cada instituto que ajude a compreendê-los.



Segundo Friderichs (2019), o Instituto Liberal foi criado em 1983, com sede no Rio de Janeiro, pelo empresário Donald Stewart Junior. Casimiro (2018) ressalta que o contexto de criação do IL nos anos 80 se deu em forte embate Constituinte, que buscou defender os interesses burgueses. Segundo o site oficial do IL, a missão do instituto é “difundir e defender o liberalismo, em suas diversas vertentes teóricas, e as vantagens de seus princípios e agendas para a sociedade”. E ainda, informa no site que a atividade inicial do Instituto consistia na tradução, edição e publicação de livros de liberais da Escola Austríaca e outros liberais, e que depois, passa a promover palestras, colóquios e seminários.

Casimiro (2018, p.261) considera o IL como o pioneiro em seu modelo de atuação no Brasil, sendo um “...córtex político, organizando mecanismo de ação política, formando novos quadros, realizando articulações intraclasse e desenvolvendo objetivos tático-operacionais”. Dentre os integrantes do IL⁷, cito o Rodrigo Constantino que é o presidente do Conselho e é estimado como um dos principais nomes dos liberais e colunista da Jovem Pan, do jornal Gazeta do Povo e de seu próprio canal do YouTube. Rocha (2019) destaca que a carreira de Constantino começou na rede social do Orkut⁸, cuja rede social possibilitou que ele conhecesse outras pessoas em comunidades e fóruns que compartilhavam com o mesmo pensamento ultraliberal, como Helio Beltrão (do IMB) e Olavo de Carvalho.

O Instituto Millenium foi criado oficialmente em 2006 com sede no Rio de Janeiro e é um reconhecido *think tank* no cenário nacional e mundial. A criação do IM foi oficialmente lançada no XIX Fórum pela Liberdade, que é um evento organizado, principalmente, pelo IEE (CASEMIRO, 2013) e substituiu o chamado Instituto da Realidade Nacional, que tinha sido criado um ano antes⁹, pela economista Patrícia Carlos de Andrade (PATSCHIKI, 2016). Antes do IM, Patrícia havia sido aluna de Olavo de Carvalho no Seminário de Filosofia - sendo inclusive responsabilizada por trazê-lo para a grande imprensa - e juntos (e com outros liberais) participaram do Mídia Sem Máscara¹⁰. O IM se define como uma entidade sem fins lucrativos, sem vinculação político-partidária e com o objetivo de formar formadores de

⁷ Vale mencionar que o diretor-presidente do IL é o jornalista Lucas Berlanza, que publicou livros sobre a vida do jornalista e político conservador Carlos Lacerda.

⁸ Segundo Rocha (2019), no início dos anos 2000 havia poucos blogs que divulgavam o pensamento liberal, contudo, a partir de 2004 esse cenário mudou com a criação da rede social *Orkut*. Conforme explica a autora, essa rede social permitiu que os liberais se conhecessem e se articulassem em grupos, organizações, movimentos, partidos políticos e até *think tanks*.

⁹ Não foi identificadas razões para a substituição do Instituto da Realidade Nacional para o IM.

¹⁰ O Mídia Sem Máscara é um observatório da imprensa brasileira e do “jornalismo independente” que objetiva a “publicar as ideias e notícias que são sistematicamente escondidas, desprezadas ou distorcidas em virtude do viés esquerdista da grande mídia brasileira (sic)” (MÍDIA SEM MÁSCARA, 2002[?]).



opinião e influenciadores que promovam valores e princípios neoliberais como a liberdade individual, direito a propriedade e economia de mercado (INSTITUTO MILLENIUM, 20??). Diferente do IL e do IMB (que ainda apresentarei), o IM não cita na apresentação no seu site oficial a defesa explícita da Escola Austríaca, o que supostamente possa indicar ou uma diversidade de pensamento (neo)liberal ou uma ocultação de sua real visão econômica. Porém, conforme investigado em alguns textos e materiais¹¹, o IM reproduz também o pensamento ultraliberal.

O Instituto Ludwig Von Mises – Brasil é popularmente chamado de Instituto Mises Brasil e foi fundado em SP no ano de 2007, como uma adaptação brasileira não oficial do Instituto Ludwig von Mises dos EUA (CASIMIRO, 2018). O IMB se define com o objetivo de produzir e disseminar os estudos econômicos que promovam princípios liberais da Escola Austríaca, como o livre mercado e a defesa da propriedade privada e redução do Estado na economia (MISES BRASIL, 20??). Além disso, o IMB criou uma pós-graduação sobre a Escola Austríaca e uma loja virtual para reproduzir o pensamento ultraliberal¹².

Esses três institutos têm sites, redes sociais e canal do *YouTube* oficiais que divulgam seu pensamento (neo)liberal em textos, livros, vídeos, podcast e semelhantes e que formam o contrapúblico liberal e neoconservador. Como exemplo dessa persuasão menciono os textos “O que pensar sobre o projeto que criminaliza o abuso de autoridade?” (INSTITUTO MILLENIUM, 2019), “Por que não é crime dirigir alcoolizado” (ROCKWELL, 2008) no IMB e “Defender a sua terra dos criminosos do MST não é radicalismo” (BERLANZA, 2017) no IL. Portanto, estes institutos geram uma territorialidade neoconservadora ao expandir as ideias (neo)liberais e fortalecer o contrapúblico ultraliberal.

Os três institutos, e outros de sua rede de *think tanks* (neo)liberais, colaboram ativamente entre si com a participação frequente de Helio, Rodrigo e entre outros liberais, seja como colunistas, entrevistados e debatedores em eventos de cada instituto. Por exemplo, Helio tem publicações e entrevistas no IM e no IL, enquanto, Rodrigo tem no IM e IMB. Portanto, cada instituto abre seu espaço para outros liberais, demonstrando que apesar de que institutos tenham estruturas e organizações diferentes, eles mantêm uma rede de colaboração na difusão de ideias ultraliberais. Ademais, Casimiro (2018, p.259-260) argumenta que esses

¹¹ Por exemplo, para ilustrar a defesa da Escola Austríaca pelo IM, destaco os textos: “A Escola Austríaca no Brasil: do carro de boi ao navio cruzeiro” (IORIO, 2019), “A estrutura de capital austríaca e a macroeconomia” (PERINGER, 2010) e textos com propagandas da Pós-Graduação em Escola Austríaca do IMB (INSTITUTO MILLENIUM, 2015).

¹² A loja virtual vende camisetas, canecas e bandeira com slogans de “Imposto é roubo” e entre outros. Cf. Ribeiro (2021) para uma análise mais aprofundada sobre o Instituto Mises Brasil.



think tanks (neo)liberais (e os outros), enquanto APHs, atuam como “sustentáculos para construção da hegemonia burguesa [...] que universalizam seus interesses de classe como consenso”. Esses *think tanks* são uma pequena parte de uma ampla rede de agentes influenciadores da nova direita (re)produzindo uma territorialidade neoconservadora.

A territorialidade neoconservadora foi crucial para o fortalecimento da nova direita no Brasil, que se fortaleceu no contexto político em 2013 com a “jornada de junho”, que canalizou as ideias de antipetismo e anticorrupção. Como sabido, as manifestações de “Junho de 2013” foram originadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) na cidade de São Paulo, que principalmente, protestavam contra o aumento das tarifas de metrô e ônibus. Entretanto, as manifestações extravasaram com outras pautas e se alastraram por várias regiões do país que concentravam milhões de pessoas nas ruas, que estavam presentes militantes liberais e conservadores.

É nesse momento de efervescência política que foi criado o Movimento Brasil Livre (MBL), que participou ativamente das manifestações nas ruas e lançou figuras políticas ultraliberais -como Kim Kataguari (deputado federal pelo DEM), o Fernando Holiday (vereador de SP pelo DEM em 2016 e pelo Patriota em 2020¹³), o youtuber Arthur do Val (deputado estadual de SP). Além disso, o MBL tem uma estreita relação com o contrapúblico ultraliberal, defendendo o paradigma ultraliberal e participando de programas e eventos dos *think tanks* (neo)liberais. De acordo com Solano e Rocha (2019), o MBL foi criado pelo grupo Estudantes Pela Liberdade (EPL), uma filial brasileira do *Students For Liberty* dos EUA. Por sua vez, a EPL no Brasil foi organizada pela Rede Atlas Network, que já foi citada como uma importante rede de *think tanks* ultraliberais. Essa articulação da Rede Atlas e do EPL evidencia os interesses estrangeiros com a articulação da nova direita no Brasil.

Com a reeleição da Dilma Roussef e as denúncias de corrupção na Petrobras em 2014, o MBL junto com “Revoltados *On Line*” (2010), fundado pelo empresário Marcello Reis, e o “Vem pra Rua” (2014), do empresário Rogério Chequer, se articularam para organizar novas manifestações que fortaleceram o sentimento antipetista e que prosseguiram com os atos até 2016, quando provocou o golpe-impeachment de Dilma Rousseff. Como explica Rocha (2019), a primeira manifestação ocorreu logo após seis dias da reeleição de Roussef (no dia 01 de novembro de 2014), com 2,5 mil manifestantes que carregavam sobretudo cartazes com mensagens antipetistas, como “Fora PT”, “Fora Corruptos” e que contou com apoio do recém-

¹³O vereador Fernando Holiday, eleito vereador pelo partido Patriota em 2020, foi expulso em janeiro de 2021 por críticas a Arthur Lira, presidente da Câmara dos Deputados do Brasil. Em abril do mesmo ano, o vereador anunciou a sua atual filiação ao Partido Novo (ISTO É, 2021).



eleito Eduardo Bolsonaro, o cantor Lobão e entre outros. Depois, aconteceu outras diversas manifestações com a mesma temática, alcançando várias regiões e concentrando milhares de pessoas, que segundo Rocha (2019, p.159), “...resultou em uma pressão social que jogou ainda mais água no moinho da crise política em curso, até que, em agosto de 2016, Dilma foi de fato impedida”.

Essas manifestações organizadas, principalmente, pelo MBL (e por sua rede de relação de APHs) intensificaram o pensamento ultraliberal e neoconservador no Brasil com a defesa de projetos sociais liberais e da necropolítica, como medidas de austeridade, reformas trabalhistas, flexibilização das leis ambientais e entre outras. Nesse sentido, a territorialidade neoconservadora se expandiu e ditou os rumos das políticas econômicas no país e reforçou o contrapúblico ultraliberal com os governos de Temer e, principalmente, Jair Bolsonaro. Laura Carvalho (2018, p. 114) analisa que as medidas políticas adotadas após o golpe-impeachment mostraram que se, por um lado, os políticos envolvidos nos escândalos e alvos da investigação da Operação Lava Jato buscavam formas de se salvar, por outro, “...boa parte da elite econômica desejava-se salvar-se dos custos de umas das maiores crises econômicas da história recente, impondo-os sobre o restante da sociedade”.

Para salvar a elite econômica, o governo Temer tentando “estancar a sangria”, comprometeu-se a aprovar reformas estruturais com teor (neo)liberal com a não elevação de impostos, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do teto dos gastos públicos, a reforma da previdência, a reforma trabalhista e além de outras medidas de transferência de renda para o setor empresarial (CARVALHO, 2018). No final do governo Temer e rumo as eleições presidenciais de 2018, os intelectuais orgânicos da nova direita se consolidaram no mundo virtual das redes sociais e no cenário político¹⁴. Não obstante, essa territorialidade da nova direita intensificou-se no cenário nacional com uma mistura de ódio e política com o “antipetismo”, “anticorrupção” e o “marxismo cultural”, onde o medo da “ameaça comunista” promoveu uma guerra cultural estimulando o ódio e a perseguição contra políticos, intelectuais, artistas, grupos, movimentos sociais e entre outros que aderem ao espectro político da esquerda (CARAPANÃ, 2018).

¹⁴ No campo político, foram eleitos em 2018: Kataguari (DEM) como deputado federal com 4º maior voto (458.243 votos) e Artur do Val (DEM) como deputado estadual com 2º maior voto (470.606 votos). Além desses, foram eleitos no mesmo ano: o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL) e Joice Hasselmann (PSL), respectivamente, primeiro e segundo mais votado e ambos com mais de 1 milhão de votos cada um; Alexandre Frota (PSL) como deputado federal; Janaina Paschoal (PSL) como deputada estadual mais votada (mais de 2 milhões de votos) e entre outros políticos neoconservadores.



Essa mistura foi primordial na campanha eleitoral de 2018, onde a polarização política entre os candidatos Jair Bolsonaro (ex-PSL) e Fernando Haddad (PT) promoveu dois grandes problemas para a democracia. O primeiro é relativo ao uso de *bots* (robôs) em redes sociais para apoiar os candidatos com mensagens favoráveis ou gerando desinformação (comumente chamado de *fake news*) sobre o adversário. Os robôs são utilizados nas redes sociais Twitter e Facebook e utilizam contas falsas “...que fazem postagens, comentários e interagem com outros usuários (curtidas, mensagens, reações etc) de modo autônomo” (FGV DAPP, 2019, p.7). Essa estratégia não se restringe apenas ao período eleitoral e nem é um fato isolado dessas eleições em 2018. Conforme averigua a FGV DAPP (2018), essa prática já foi identificada nas eleições presidenciais de 2014, inclusive, favorecendo naquele momento os candidatos do PT. Contudo, a FGV DAPP (2019) demonstrou que as eleições de 2018 evidenciaram um forte esquema e financiamento de desinformação e uso de robôs, apelidado pela mídia de “gabinete do ódio”. Atualmente, com a vitória de Bolsonaro nas eleições, o gabinete ainda atua massivamente nas redes sociais, agora, para manter seu grupo de apoio com publicação de desinformação e disputas de narrativas.

O segundo problema é relativo ao negacionismo e a guerra cultural, que também são impulsionados pelos *bots*, pela desinformação e não nasceu nas eleições de 2018 (mas foi intensificada com a eleição e o governo de Bolsonaro). O negacionismo é entendido como um revisionismo que busca reescrever a versão sobre determinados temas na ciência. Como exemplo cito a reprodução de pensamentos como “nazismo de esquerda” e “não houve golpe em 1964”. Já a guerra cultural ou “marxismo cultural” tem como base o conservadorismo moral e o discurso de inimigo comum que imagina uma conspiração comunista na educação pública, nas grandes mídias, ativismo e entre outros. Como demonstra Solano e Rocha (2019), a teoria conspiratória e negacionismo são um dos principais discursos presentes nos protestos entre 2013 e 2018 e durante a campanha (e bem como, a eleição) do Bolsonaro, cujo tema do “marxismo cultural” foi expandido de uma área restrita aos seus seguidores para um nível nacional e internacional. Na visão conspiracionista, o “marxismo cultural” é visto como um plano mundial de “dominação comunista”, com supostamente envolvimento de grandes empresas, líderes e organizações, e constantemente associados ao bolivarianismo, petismo e ao Foro de São Paulo - que foi criado em 1990 pelo PT, como um espaço de organização e debate político da esquerda da América Latina e Caribe.

Para ilustrar, cito um pequeno trecho de uma transcrição do vídeo de Olavo de Carvalho (apud SOLANO, ROCHA, 2019, p.199): “A função do Brasil é ser celeiro do movimento comunista. O Foro de São Paulo é a maior organização política que já existiu no



continente, tem 200 partidos, organizações de narcotraficantes, as Farcs, sequestradores, [...], Fernandinho Beira-mar”. O trecho transcrito demonstra que, para o Olavo, o Brasil é o país que reúne as principais organizações comunistas e que o Foro é a personificação do mal ao associar, falaciosamente, a participação de grupos e pessoas ligadas ao tráfico de drogas e armas. Além de Olavo, existe outros que compartilham do pensamento conspiracionista nas redes sociais como exemplo, o Rodrigo Constantino (IL), Leandro Narloch (IM, IMB e autor dos livros Guia Politicamente Incorreto), Hélio Beltrão (IMB), Marcello Reis (*Revoltados On Line*) - o projeto Escola Sem Partido (2004) e a produtora audiovisual Brasil Paralelo (2016) (SANTOS, 2020; SOLANO, ROCHA, 2019). No caso dos *think tanks*, cito os seguintes textos que corroboram esse posicionamento: “Os sinais de que o marxismo cultural é o ópio da universidade contemporânea” (INSTITUTO LIBERAL, 2017) do IL¹⁵, “O bicho-papão marxista” (FONSECA, 2019) no IM¹⁶; e o “O marxismo cultural e o politicamente correto contra o povo - quem vence?” (MUELLER, 2018) no IMB. Essa visão conspiracionista é preocupante, pois travam disputas narrativas, podendo desinformar a população e impedir o diálogo crítico, além de, impelir o ódio, a perseguição e a radicalização política.

A pandemia do Covid-19 (2020), embora esteja fora do recorte temporal proposto nesse trabalho, demonstra as perversidades da guerra de discurso, do negacionismo e marxismo cultural. Em Ribeiro (2021) analisei o discurso do IMB em textos publicados em seu site oficial no começo do ano de 2021 que constatei dois discursos comuns. Primeiro, que as medidas restritivas de circulação e atividades pelo Estado, como a quarentena e obrigatoriedade de uso de máscara, eram compreendidas como forma de totalitarismo e “socialismo sanitário” ao impor restrições à “liberdade individual”. E segundo, que associavam que a mídia e a opinião pública tinham uma neura, histeria e exagero sobre a pandemia. Em síntese, os dois discursos comuns mostram características do marxismo cultural e do negacionismo, o que evidenciam as perversidades da territorialidade neoconservadora formadas pela ampla e complexa rede de persuasão de *think tanks* (neo)liberais e de outros grupos de APHs que desenvolve o contrapúblico ultraliberal.

Dessa forma, a territorialidade neoconservadora impacta negativamente a população mais vulnerável socioeconomicamente ao defender necropolíticas públicas liberais, como aquelas reformas aprovadas para salvar a elite econômica após o golpe-impeachment da

¹⁵ O texto é assinado pelo pseudônimo de J. Liberal, cujo autor é descrito como acadêmico e analista político. O texto foi publicado originalmente no IL e, depois, republicado na Gazeta do Povo, no dia 30 de agosto de 2017.

¹⁶ O texto foi originalmente publicado na Folha de S.Paulo, no dia 22 de janeiro de 2019, pelo mesmo autor que republicou o texto no IM (FONSECA, 2019).



Dilma Roussef em 2016. Além disso, percebe-se que ela incentiva a radicalidade política, a cultura do ódio e a guerra cultural, o que potencializa uma guerra híbrida com a desinformação e a guerra de discurso. Portanto, essa territorialidade gera tensões conflitantes e ameaçadoras na sociedade contra a democracia e o bem-estar-social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os *think tanks* são instituições intelectuais de origem pública ou privada que objetivam influenciar a opinião pública e até de políticas públicas por meio de pesquisas, artigos de opinião, matérias publicadas em sites e nas redes sociais em diversas áreas como política, meio ambiente, saúde, segurança pública etc. A rápida expansão e diversidade desses institutos, primeiro nos EUA e depois no mundo, implicou numa profunda metamorfose que complexificou a compreensão desses institutos.

Partindo de uma concepção de território imaterial, os *think tanks* tornaram-se instrumentos poderosíssimos da disputa territorial, paradigmática, de poder (brando e cibernético) e da guerra híbrida. A formação de *think tanks* (neo)liberais como o IL, IM, IMB e entre outros, neocolonizam o pensamento ao reproduzirem o (neo)liberalismo como consenso. O IL nasceu em 1983 durante o período de redemocratização e de fortes embates da Constituinte enquanto o IM (2006) e IMB (2007) nasceram no contexto das redes sociais como o Orkut que impulsionou as lideranças da nova direita como Rodrigo Constantino, Helio Beltrão, Olavo de Carvalho. O IL e o IMB reproduzem abertamente a Escola Austríaca econômica, já o IM defende em alguns textos o pensamento ultraliberal. Esses *think tanks* (neo)liberais, juntos com os outros grupos e APHs da nova direita, constituem uma ampla e complexa rede de persuasão de contrapúblico ultraliberal. Essa rede (neo)liberal (re)produz uma territorialidade neoconservadora no Brasil que comina em retrocessos em necropolíticas sociais e do bem-estar-social e a desterritorialização dos povos tradicionais, que cada vez mais ficam subalternos ao consenso hegemônico e as ideias como “imposto é roubo”, “Menos Marx, mais Mises” e entre outras concepções ultraliberais.

Além disso, constatou-se que essa rede potencializou a radicalização da política com a (re)produção de desinformação, negacionismo, a cultura do ódio e perseguição, sobretudo, de intelectuais, grupos, partidos, organizações e movimentos de esquerda. Como demonstrado, o contrapúblico ultraliberal se fortaleceu nas manifestações no Brasil ao longo de 2013, cujo efeito repercutiu no golpe-impeachment da Dilma em 2016 e de seus desdobramentos necropolíticos. Posteriormente, o contrapúblico contribuiu para a eleição de políticos (neo)conservadores em 2018 e que suas consequências perduram no atual governo Bolsonaro.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira Alves de. O ISEB e o desenvolvimentismo. FGV. Material digital. 2002. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/ISEB>. Acesso em: 16 de abril de 2021.
- BERLANZA, Lucas. Defender a sua terra dos criminosos do MST não é radicalismo. **Instituto Liberal**. 02 dez.2017. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/> Acesso em 04 out 2020.
- CAMPOS, Janaina Francisca de Souza. **Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária**: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo. 2012. 388 f. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.
- CARAPANÃ. A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo. In: SOLANO, Esther (Org.). **O ódio como política**. A reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.
- CARNEGIE ENDOWMENT FOR INTERNATIONAL PEACE. **2020**: Annual report. Washington, EUA, 2021. 32p. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/about> . Acesso em: 01.out. 2021.
- CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira**: do boom ao caos econômico. 1ª edição. São Paulo: Todavia, 2018.
- CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita**. Aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. 1a edição. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- CECEÑA, Ana Esther. Subvertir la modernidad para vivir bien. In: ORNELAS, Raul; BATRA, Armando (coords.). **Crisis civilizatoria y superación del capitalismo**. 1ª edição. UNAM, Instituto de Investigaciones Económicas, México, 2013, p.91-128.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2015.
- DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DULCI, Tereza Maria Spyer. **Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI/ Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI)**: desenvolvimento e integração do Brasil nas Américas (1954-1992). 2012. 359f. Tese (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.
- FGV DAPP. Bots e o Direito Eleitoral Brasileiro nas Eleições de 2018. 15 de janeiro de 2019. Rio de Janeiro, FGV/DAPP, [2019].
- FGV DAPP. Robôs, redes sociais e política no Brasil: estudo sobre interferências ilegítimas no debate público na web, riscos à democracia e processo eleitoral de 2018. Rio de Janeiro: FGV/DAPP, [2018].
- FONSECA, Joel Pinheiro da. O bicho-papão marxista. **Instituto Millenium**, São Paulo, 23 jan.2019. Disponível em: <https://www.institutomillenium.org.br/o-bicho-papao-marxista/> Acesso 01 out.2021.
- FRIDERICH, Lidiane Elizabete. **A atuação política dos think tanks neoliberais brasileiros e argentinos**: os casos do Instituto Liberal, do Instituto de Estudos Empresariais e do Instituto para el desarrollo empresarial de la Argentina (1983- 1998). 2019. 300f. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.
- GOMEZ, Jorge Ramon Montenegro. “Los limites del consenso – la propuesta de desarrollo territorial rural em América latina.” In: FERNANDES, (org.). **Campesinato e agronegócio na**



América Latina: a questão agrária atual. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.249-274.

HARDING, Luke. **Os arquivos Snowden:** a história secreta do homem mais procurado do mundo. Tradução de Alice Klesck e Bruno Correia. Rio de Janeiro: LeYa, 2014.

HARVEY, David. **O neoliberalismo:** história e implicações. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2ª edição. São Paulo: Loyola, 2008.

HAUCK, Juliana Cristina Rosa. **Think Tanks:** quem são, como atuam e qual seu panorama de ação no Brasil. 2015. 197f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

INSTITUTO LIBERAL. Os sinais de que o marxismo cultural é o ópio da universidade contemporânea. **Instituto Liberal**, Rio de Janeiro, 29 ago.2017. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/politica/os-sinais-de-que-o-marxismo-cultural-e-o-opio-da-universidade-contemporanea/> . Acesso em 01 out. 2021.

INSTITUTO MILLENIUM. A vez dos Think Tanks. **Exame**, 04 mar.2020. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/blog/instituto-millennium/a-voz-dos-think-tanks/>. Acesso em 20 abr. 2020.

INSTITUTO MILLENIUM. Brasil terá sua primeira pós-graduação em Escola Austríaca. **Instituto Millenium**, 27 nov. 2015. Disponível em: <https://www.institutomillennium.org.br/brasil-tera-sua-primeira-posgraduacao-em-escola-austriaca/> Acesso 01 out.2021.

INSTITUTO MILLENIUM. O que pensar sobre o projeto que criminaliza o abuso de autoridade? **Exame**, 26 de junho de 2019. Disponível em <https://exame.com/blog/instituto-millennium/>. Acesso em 04 out 2020.

INSTITUTO MILLENIUM. Quem Somos. **Instituto Millenium**. [20??] Disponível em: <https://www.institutomillennium.org.br/institucional/quem-somos/>. Acesso em 22 jul. 2020.

IORIO, Ubiratan. A Escola Austríaca no Brasil: do carro de boi ao navio cruzado. **Instituto Millenium**, 07 mai. 2019. Disponível em: <https://www.institutomillennium.org.br/a-escola-austriaca-no-brasil-do-carro-de-boi-ao-navio-cruzeiro/> . Acesso 01 out.2021.

ISTO É. Após expulsão do Patriota, Fernando Holiday anuncia filiação ao Novo. **ISTO É**, 29 mai.2021. Disponível em: <https://istoe.com.br/apos-expulsao-do-patriota-fernando-holiday-anuncia-filiacao-ao-novo/> Acesso em 01 out.2021

KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas:** a abordagem adaptativa indireta com vistas à troca de regime. People's Friendship University of Russia. Moscou: Expressão Popular, 2015.

LUCENA, Eleonora. LUCENA, Rodolfo. Brasil é alvo de Guerra Híbrida, diz analista. **Revista Indisciplinar**. v.4. n.2, Belo Horizonte. dez. 2018.

MATO, Daniel. THINK TANKS, fundaciones y profesionales en la promoción de ideas (neo)liberales en América Latina. **CLACSO**. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales: Buenos Aires. Julio 2007.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica seguido de Sobre el gobierno privado indirecto.** Tradução de Elisabeth Falomir Archambault. [s.l]: Melusina, 2011.

MCGANN, James G., **2020 Global Go To Think Tank Index Report.** Instituto Lauder, Universidade da Pensilvânia, EUA, 2021. Disponível em: <https://repository.upenn.edu/> Acesso em 18 de março de 2021.

MEDVETZ, Thomas. **Think tanks in America.** Chicago: University of Chicago Press, 2012.

MÍDIA SEM MÁSCARA. Quem somos. 2002[?]. Disponível em <https://midiasemmascara.net/quem-somos/> . Acesso em 05 out.2021.



MUELLER, Antony. O marxismo cultural e o politicamente correto contra o povo - quem vence. **Instituto Mises Brasil**, São Paulo, 16 out. 2018. Disponível em: <https://www.mises.org.br/article/2953/o-marxismo-cultural-e-o-politicamente-correto-contra-o-povo--quem-vence> . Acesso em 01 out.2021.

NYE JR, Joseph S. **Soft power**. The means to success in world politics. New York: Public Affairs, 2004.

NYE JR, Joseph S. **Cyber power**. [s. l]. Harvard, Belfer Center, 2010.

NYE JR, Joseph S. **O Paradoxo do Poder Americano**: por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada. Tradução Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Unesp, 2002.

PATSCHIKI, Lucas. Organizar-se contra o povo: a criação do Instituto Millenium (2005-2007). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 18, 2016. Assis. Anais eletrônicos. Assis: UNESP, Anpuh, 2016. Disponível em: <http://www.encontro2016.sp.anpuh.org/> Acesso em 05 out. 2021.

PERINGER, Alfredo Marcolin. A estrutura de capital austríaca e a macroeconomia. **Instituto Millenium**, 06 dez.2010. Disponível em: <https://www.institutomillenium.org.br/a-estrutura-de-capital-austríaca-e-a-macroeconomia-uma-simbiose-impossivel/> . Acesso 01 out.2021.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Editora Ática, São Paulo, 1993.

RIBEIRO, Leandro Nieves. *Think tanks* (neo)liberais no Brasil: o caso do discurso ultraliberal do Instituto Mises Brasil sobre a pandemia covid-19 em 2021. In: Semana de Geografia da FCT/Unesp, 21, 2021. **Anais eletrônicos**. Presidente Prudente, Unesp, 2021.

RIGOLIN, Camila Carneiro Dias. HAYASHI, Maria Cristina P. Innocentini. Por dentro dos "reservatórios de ideias": uma agenda de pesquisa para os *think tanks* brasileiros. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p 20-33, mar. 2012.

ROCHA, Camila. "Imposto é Roubo!" A Formação de um Contrapúblico ultraliberal e os Protestos Pró-Impeachment de Dilma Rousseff. **DADOS**, Rio de Janeiro, vol.62, p.1-42, 2019.

ROCKWELL, Lew. Por que não é crime dirigir alcoolizado. **Instituto Ludwig von Mises Brasil**. 24 de junho de 2008. Disponível em <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=115> Acesso em 05 de janeiro de 2021.

SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro dos. PEREIRA, Eduardo. Brasil Paralelo: atuação, dinâmica e operação: a serviço da extrema-direita (2016-2020). In: _____. MIRANDA, João Elter Borges de (orgs). **Nova direita, bolsonarismo e fascismo**: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. Texto e Contexto: Ponta Grossa, 2020. (Coleção Singularis, v.9) p.326-354.

SCHMITT, Gustavo. ROXO, Sérgio. O que pensa a direita que se tornou anti-Bolsonaro. O Globo, 16 may.2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/o-que-pensa-direita-que-se-tornou-anti-bolsonaro-23669904>. Acesso em 01 out.2021

SECCHI, Leonardo. ITO, Letícia Elena. *Think tanks* e universidade no Brasil: análise das relações na produção de conhecimento em política pública. **Planejamento e Políticas Públicas**, IPEA, Brasília, n. 46, p. 334-354, jan./jun. 2016.

SMITH, J.A. The ideia brokers: think tanks and the rise of the new policy elite. New York: The Free Press, 1991.

SNOWDEN, Edward. **Eterna vigilância**. Tradução Sandra Martha Dolinky. São Paulo: Planeta, 2019.

SOLANO, Esther; ROCHA, Camila (orgs.). **As direitas nas redes e nas ruas**. A crise política no Brasil. 1a edição. São Paulo: Expressão Popular, 2019.